

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Gustavo Moreno/STF



Vilardi e Bolsonaro: estratégias diferentes

Estratégias jurídica e política podem entrar em choque

A entrevista do ex-presidente Jair Bolsonaro na quarta-feira (26) logo após o final do julgamento na 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) demonstrou que haverá duas estratégias para enfrentar a acusação de golpe de Estado. A jurídica é levada no tribunal por seu advogado, Celso Vilardi. Como comentamos aqui no Correio Político, a linha, pelo menos nessa

primeira etapa, nem nega que algo de muito grave andou se tramando no país. Fixa-se mais em negar que Bolsonaro tenha participado dessa trama. A política, levada por Bolsonaro na entrevista e por seus aliados visa o confronto com o Judiciário. É possível que, em algum momento, as duas estratégias possam acabar entrando em choque, e uma atrapalhar a outra.

Recursos

Respeitado criminalista, Vilardi irá tentar todos os recursos possíveis para ganhar tempo no julgamento e atrasar sua sentença. O problema é que cada conquista que ele obtenha nesse sentido enfraquecerá a tese de que se trata de um jogo de cartas marcadas.

Política

Bolsonaro e seus aliados já estimam a condenação. Por isso, trabalharão no sentido de fixar que o STF age como um tribunal de exceção, que o julgamento é uma encenação, e que toda a Corte, que faria parte do famoso "sistema", já se uniu para impedir seu avanço político.

Antonio Augusto/STF



Vídeo apresentado por Moraes no julgamento

Zucco enumera o que chama de "jogo dos sete erros"

O líder da Oposição na Câmara, Luciano Zucco (PL-RS), enumera o que chama de "jogo dos sete erros" do Congresso. Embora se vislumbre pontos de choque nas estratégias jurídica e política da defesa, há também pontos de conexão. Os sete aspectos apresentados por Zucco deverão também ser demarcados pelo

advogado de Bolsonaro. Na verdade, já se encontraram muito no debate promovido pelo ministro Luiz Fux, que parece será o principal contraponto às posições de Alexandre de Moraes. Mas, de novo, quanto mais Fux prevalecer no debate, mais se enfraquecerá a tese de que tudo o que se inicia agora será uma encenação.

Foro

O primeiro dos sete erros seria o foro do julgamento. Se Bolsonaro não é mais presidente, questiona-se se deveria ser julgado no STF. O segundo, o conflito de interesses de alguns ministros, que, não entender da oposição, deveriam ter se declarado suspeitos.

Delação

O terceiro é a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, que Zucco afirma ter sido sob pressão, e alterada nove vezes. O quarto, o desrespeito ao devido processo legal: o vídeo exibido por Alexandre de Moraes inserção de prova não compartilhada com as defesas.

Prerrogativas

Como consequência, Zucco enumera como quinto erro o desrespeito às prerrogativas dos advogados. O processo teria 45 mil diferentes peças entregues em o tempo hábil para que as defesas analisassem. Sexto: as defesas alegam que não tiveram acesso pleno aos autos.

Penas

O sétimo erro seria a aplicação de penas altíssimas e proporcionais. E, aí, centra-se na figura da cabeleireira Débora Santos, que pichou a estátua da justiça com batom. Mas Fux demarcou esses pontos no debate. Concluir desde já que será ignorado pode ser precipitação.

PL aposta em obstrução para votar o PL da Anistia

PGR arquiva processo contra Bolsonaro no caso da vacina

Por Gabriela Gallo

Após a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete acusados réus pela acusação de tentativa de golpe de Estado, articula-se pela oposição uma série de medidas para acelerar a tramitação do projeto de lei que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 (PL 2858/2022). Com ensaios que já começaram esta semana, a bancada do PL na Câmara dos Deputados anunciou que está obstruindo os trabalhos na Casa. A medida visa pressionar o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pautar o projeto.

"Esta semana, a oposição está fazendo obstrução nas comissões por conta do julgamento do presidente Bolsonaro, que entendemos ser um julgamento político e não jurídico, ou seja, que fere todo o devido processo legal, já que ele deveria estar sendo julgado em primeira instância", disse o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), ao Correio da Manhã.

Obstrução é um recurso utilizado pelos parlamentares, em uma casa legislativa, com o objetivo de impedir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo dentro de uma ação política. O Partido Liberal é a maior bancada da Câmara, com 95 representantes. Sozinha, a legenda não consegue travar as votações no plenário, mas tem força suficiente para parar o andamento das pautas das comissões. Contudo, Sóstenes



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Oposição fará pressão para que PL da Anistia entre em votação

destacou que, caso a oposição considere que a comissão precisa ser liberada, os parlamentares da bancada retornarão, analisando caso a caso.

Motta

A manifestação do PL ocorreu na semana em que Hugo Motta está em viagem ao Japão com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). O tema é delicado para Motta, que, apesar de ter manifestado que o tema seria discutido com a devida calma em sua gestão, manifestou nos bastidores que busca evitar atritos com o presidente Lula e com o STF. Ele considera que a definição da votação, ou não, do PL da Anistia precisa ser debatido

primeiro no colégio de líderes.

A oposição busca emplacar votação de urgência do PL da Anistia, ou seja, que a votação do projeto siga diretamente para o plenário da Câmara sem passar pelas comissões. Todavia, atualmente, a expectativa é que seja criada a comissão especial para analisar o projeto. Com isso, o PL tem que ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), seguir para debate na comissão especial, ser votado e aprovado na comissão especial e aí sim seguirá para votação no plenário.

Vacina

Na noite desta quinta-feira (27), a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou ao Supremo Tribunal Federal o arquivamento do inquérito

que investigou o ex-presidente Jair Bolsonaro pela suposta falsificação de cartões de vacinação contra a Covid-19. Em manifestação enviada ao ministro-relator do caso, Alexandre de Moraes, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, alegou "ausência de elementos que justifiquem a responsabilização" do ex-presidente. A decisão final cabe à Suprema Corte.

Segundo Paulo Gonet, a acusação contra o ex-presidente estava baseada apenas na delação premiada do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, que declarou que a ordem para falsificação foi dada pelo então presidente. Segundo o PGR, a lei impede que a acusação seja baseada somente nas delações, sem nenhuma outra prova.

Fux será contraponto, mas só até determinado ponto

Por Gabriela Gallo

Após tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete indiciados réus, os ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) se organizam para os julgamentos dos próximos núcleos do plano de tentativa de golpe de Estado – o julgamento do núcleo dois está agendado para os dias 29 e 30 de abril. Nos julgamentos de terça-feira (25) e quarta-feira (26), dos cinco ministros que compõem a turma, o único que apresentou divergências sobre recursos apresentados pelas defesas dos acusados, em comparação aos demais colegas, foi o ministro Luiz Fux. O magistrado votou favorável em tornar os indiciados réus e ter acompanhado o voto do ministro-relator Alexandre de Moraes em derrubar grande parte dos recursos da defesa dos indiciados. Contudo, ele ponderou no sentido que poderá acabar alguns argumentos apontados pelos advogados de defesa.

Dentre eles, o ministro acatou o pedido de levar o julgamento para o plenário, mas teve voto vencido e os julgamentos seguem na Primeira Turma. Além disso, ele apresentou questionamentos sobre a delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. Fux ainda questionou a dosimetria da pena (o tempo que o juiz determinou para o condenado cumprir a pena) sobre o caso da cabeleireira Débora dos Santos,

Rosinei Coutinho/STF



Fux apresentou divergências a pontos da denúncia

que pichar com batom a estátua "A Justiça", em frente ao STF. Ela pode pegar 14 anos de prisão, mas o ministro pediu vista do caso, suspendendo temporariamente o julgamento.

Cerne

As contraposições do magistrado levantam questionamento sobre até onde irão as divergências do ministro nos próximos julgamentos. Porém, ao Correio da Manhã, o advogado criminalista Luiz Augusto Rutis destacou que, apesar do magistrado ter questionado a delação de Mauro Cid e a dosimetria das penas aplicadas pelo ministro Alexandre de Moraes aos presos de 8 de janeiro, essas ponderações são "acessórias".

"Em hora nenhuma se vê

o ministro Fux questionando o cerne da acusação criminal contra o ex-presidente e essa cúpula de mais alta administração. Essas questões são acessórias, elas não tocam no âmago da acusação. Até porque na visão do ministro, mesmo sem a delação do Mauro Cid, já poderia ser possível receber a denúncia. E ajustando a dosimetria da pena e declarando uma eventual nulidade da delação do Mauro Cid, ainda assim haveria possibilidade de uma condenação criminal dentro da visão trazida pelo ministro-relator", afirmou Rutis.

Os posicionamentos de Fux fizeram lembrar o papel do ex-ministro da Suprema Corte, agora ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, no julga-

mento do Mensalão em 2005. Porém, o criminalista discorda da comparação, alegando que são situações diferentes. "A época do julgamento do Mensalão havia no Supremo a figura do revisor, um julgador responsável por reanalisar a leitura dos autos que foi feita pelo relator. Essa figura não existe mais. De modo que o ministro Fux vai ter o mesmo papel que os outros julgadores, em relação à análise do que vai ser dito pelo ministro Alexandre ao longo do julgamento", ele ponderou.

Histórico

A reportagem ainda conversou com a jurista Gabriela Rosa, que relembrou que o ministro Luiz Fux é um jurista processualista, o que influencia sua postura garantista. Diante disso, a postura "do ministro Fux nesse contraponto se restringe a questões de matéria processual".

"Ele tem adotado muito essa postura de ser o contraponto em garantia do devido processo legal, em dar maior amplitude nos debates e na capacidade de deliberação", explicou Gabriela Rosa.

"É um ministro que concorda com o mérito da discussão, votou pela abertura da ação penal, acompanha o colegiado nos seus posicionamentos, porém ele tem uma postura de contraponto técnico. Ele vai ser uma postura ponderada que vai sempre recordar os ministros para não sacrificarem garantias judiciais importantes no julgamento".